



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE002-2026-SMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00010.20260219/0001-66

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para Laboratório com a finalidade de atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Gentil Domingues, do Municipal de Catarina-CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	PONTEIRA PARA MICROPIPETA AMARELA	1000.0	Unidade	0,03	30,00
PONTEIRA PARA MICROPIPETA AMARELA					
2	LAMINULAS COM 100	20.0	Caixa	6,04	120,80
LAMINULAS COM 100					
3	LÂMINA LISA COM 50	20.0	Caixa	7,07	141,40
LÂMINA LISA COM 50					
4	LÂMINA FOSCA SEM LAPIDAR COM 50	20.0	Caixa	8,05	161,00
LÂMINA FOSCA SEM LAPIDAR COM 50					
5	TUBO DE ENSAIO DE PLASTICO (DESCARTAVEL)	1000.0	Unidade	0,16	160,00
TUBO DE ENSAIO DE PLASTICO (DESCARTAVEL), 12X75					
6	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 8 ML	1000.0	Unidade	0,90	900,00
TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 8 ML, 13X100					
7	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 5 ML	2000.0	Unidade	0,67	1.340,00
TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 5 ML					
8	TUBO PARA CENTRIFUGAÇÃO TIPO FALCOM 15 ML	200.0	Unidade	1,33	266,00
TUBO PARA CENTRIFUGAÇÃO TIPO FALCOM 15 ML					
9	AGULHAS PARA COLETA A VACUO COM 100	20.0	Caixa	46,96	939,20
AGULHAS PARA COLETA A VACUO COM 100, 25X7					
10	CRONOMETRO TIMER 60 MINUTOS	10.0	Unidade	27,66	276,60



CRONOMETRO TIMER 60 MINUTOS					
11	TUBO COM GEL SEPARADOR	4000.0	Unidade	1,06	4.240,00
TUBO COM GEL SEPARADOR, 4 OU 5 ML					
12	TUBO PARA HEMOGRAMA TAMPA ROXA	4000.0	Unidade	0,69	2.760,00
TUBO PARA HEMOGRAMA TAMPA ROXA, 4 ML					
13	COLETOR UNIVERSAL	2000.0	Unidade	0,59	1.180,00
COLETOR UNIVERSAL 80ML					
14	DETERGENTE PARA LIMPEZA COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5	30.0	Unidade	130,22	3.906,60
DETERGENTE PARA LIMPEZA COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5, 50ML					
15	LYSE DIFF SIMSENG MAX S-5 COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5	30.0	Unidade	711,56	21.346,80
LYSE DIFF SIMSENG MAX S-5 COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5, 500ML					
16	LYSE LH SIMSENG MAX S-5 COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5	30.0	Unidade	649,44	19.483,20
LYSE LH SIMSENG MAX S-5 COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5, 100ML					
17	DILUTER SIMSENG MAX S-5 COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5	20.0	Unidade	477,90	9.558,00
DILUTER SIMSENG MAX S-5 COMPATIVEL COM ANALISADOR HEMATOLOGICO SIMSENG MAX S-5 20 LITROS					
18	LUGOL	10.0	Unidade	158,82	1.588,20
LUGOL 5% 1000ML					
19	KIT PARA COLORAÇÃO DE ZIEL NILSEN 500 ML	5.0	Kit	103,55	517,75
KIT PARA COLORAÇÃO DE ZIEL NILSEN 500 ML					
20	KIT PARA COLORAÇÃO EM HEMATOLOGIA (PANOTIPO) 500 ML	10.0	Kit	81,19	811,90
KIT PARA COLORAÇÃO EM HEMATOLOGIA (PANOTIPO) 500 ML					
21	LIQUIDO DE TURCK	10.0	Unidade	39,66	396,60
LIQUIDO DE TURCK 500ML					
22	ANTICOAGULANTE EDTA	10.0	Unidade	14,98	149,80
ANTICOAGULANTE EDTA 20ML					
23	FITA PARA URANALISE COM 100	50.0	Caixa	76,47	3.823,50
FITA PARA URANALISE COM 100					
24	TESTE DE GRAVIDEZ (BETATEST) COM 25	50.0	Caixa	48,43	2.421,50
TESTE DE GRAVIDEZ (BETATEST) COM 25					
25	KIT PARA TIPAGEM SANGUINEA	10.0	Kit	137,27	1.372,70
KIT PARA TIPAGEM SANGUINEA					



26	VDRL 5 ML	10.0	Kit	74,82	748,20
VDRL 5 ML					
27	FATOR REUMATOIDE 2 ML	10.0	Kit	41,42	414,20
FATOR REUMATOIDE 2 ML					
28	ASLO 2,5 ML	10.0	Kit	56,01	560,10
ASLO 2,5 ML					
29	PCR 3 ML	20.0	Kit	50,74	1.014,80
PCR 3 ML					
30	TROPONINA QUALITATIVA COM 25	50.0	Caixa	89,37	4.468,50
TROPONINA QUALITATIVA COM 25					
31	CKMB COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X30 ML	20.0	Kit	656,91	13.138,20
CKMB COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X30 ML					
32	GAMA GT CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X30 ML	20.0	Kit	267,89	5.357,80
GAMA GT CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X30 ML					
33	FOSFATASE ALCALINA CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 4X30 ML	20.0	Kit	141,62	2.832,40
FOSFATASE ALCALINA CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 4X30 ML					
34	AMILASE CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X30 ML	20.0	Kit	459,46	9.189,20
AMILASE CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X30 ML					
35	ACIDO URICO ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 100 ML	30.0	Kit	142,36	4.270,80
ACIDO URICO ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 100 ML					
36	TGP COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML	70.0	Kit	244,04	17.082,80
TGP COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML					
37	TGO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML	70.0	Kit	263,73	18.461,10
TGO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML					
38	CREATININA CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 300 ML	50.0	Kit	207,52	10.376,00
CREATININA CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 300 ML					
39	UREIA UV CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X250 ML	50.0	Kit	271,09	13.554,50
UREIA UV CINETICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X250 ML					
40	TRIGLICERIDEOS ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML	50.0	Kit	311,18	15.559,00
TRIGLICERIDEOS ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML					
41	COESTEROL HDL ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 50 ML	30.0	Kit	470,96	14.128,80



COLESTEROL HDL ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 50 ML							
42	COLESTEROL TOTAL ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML	50.0	Kit	254,21	12.710,50		
COLESTEROL TOTAL ENZIMATICO COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 2X100 ML							
43	GLICOSE ENZIMATICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 500 ML	30.0	Kit	69,71	2.091,30		
GLICOSE ENZIMATICA COMPATIVEL COM BIOPLUS 2000 500 ML							
44	ANALISADOR BIOQUIMICO SEMI AUTOMATICO	1.0	Unidade	19.153,33	19.153,33		
ANALISADOR BIOQUIMICO SEMI AUTOMATICO COM 90 POSSIBILIDADES DE PROGRAMAÇÃO PARA QUALQUER REAGENTE							
45	MICROSCOPIO OPTICO BINOCULAR	1.0	Unidade	2.645,00	2.645,00		
MICROSCOPIO OPTICO BINOCULAR PARA USO LABORATORIAL							
46	ESTUFA PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM	1.0	Unidade	2.628,98	2.628,98		
ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM MODELOS MD, COM TERMOREGULAÇÃO ATE A TEMPERATURA DE 250 °C, 11 LITROS							
47	CENTRIFUGA PARA LABORATORIO 12 TUBOS	1.0	Unidade	2.440,27	2.440,27		
CENTRIFUGA CLINICA ANALOGICA PARA LABORATORIO COM CAPACIDADE PARA 12 TUBOS DE 15 ML							
48	BANHO MARIA DIGITAL PARA LABORATORIO	1.0	Unidade	2.359,65	2.359,65		
BANHO MARIA DIGITAL COM TEMPERATURA DE 7 A 100 °C, COM CAPACIDADE PARA 105 TUBOS DE 12MM. 9 LITROS DE CAPACIDADE							
49	ESTANTE PARA VIDRARIA 20MM PARA 12 TUBOS	25.0	Unidade	26,52	663,00		
ESTANTE PARA VIDRARIA 20MM PARA 12 TUBOS							
50	TUBO A VÁCUO PARA HEMOGRAMA	1000.0	Unidade	0,69	690,00		
TUBO A VÁCUO PARA HEMOGRAMA, 4ML							
51	PLACA DE KLINE	20.0	Unidade	58,11	1.162,20		
PLACA DE KLINE							
52	PLACA PARA AGLUTINAÇÃO EM LATEX	50.0	Unidade	64,76	3.238,00		
PLACA PARA AGLUTINAÇÃO EM LATEX							
53	LAMPADA PARA MICROSCOPIO 30 W / 6 V	10.0	Unidade	112,95	1.129,50		
LAMPADA PARA MICROSCOPIO 30 W / 6 V							
54	ESCOVAS PARA LAVAGEM DE MATERIAIS E VIDRARIAS	20.0	Unidade	12,13	242,60		
ESCOVAS PARA LAVAGEM DE MATERIAIS E VIDRARIAS							
55	ESTANTE PARA VIDRARIA 13MM PARA 90 TUBOS	25.0	Unidade	15,13	378,25		
ESTANTE PARA VIDRARIA 13MM PARA 90 TUBOS							
56	PIPETA PASTER	500.0	Unidade	0,16	80,00		
PIPETA PASTER							



57	CAMARA DE NEUBAUER	10.0	Unidade	227,24	2.272,40
CAMARA DE NEUBAUER 0,100MM E 0,0025MM²					
58	MICROPIPETAS GRADUADAS	50.0	Unidade	223,15	11.157,50
MICROPIPETAS GRADUADAS 100-1000UL					
59	LÂMINA PARA ESFREGAÇO COM 50	10.0	Caixa	102,60	1.026,00
LÂMINA PARA ESFREGAÇO COM 50					
60	PONTEIRA PARA MICROPIPETA AZUL	1000.0	Unidade	0,04	40,00
PONTEIRA PARA MICROPIPETA AZUL					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 275.156,43 (duzentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação é classificada como de natureza contínua, com fundamento no artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, representando uma deliberação estratégica para atender a uma necessidade pública de caráter permanente, cuja interrupção comprometeria a missão institucional deste órgão.

O regime de vigência e suas eventuais prorrogações são regidos pelos artigos 106 e 107 da mesma Lei, estabelecendo um modelo de gestão contratual flexível, seguro e alinhado ao interesse público. Desta forma, o contrato vigorará pelo prazo inicial de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, submetendo-se o seu ciclo de vida (manutenção, governança, prerrogativas de extinção e prorrogações sucessivas) integralmente ao disposto nos referidos artigos, sempre respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos para a duração total do ajuste.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 15 (quinze) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante , em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: --.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para



apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de



obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:



a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.



7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.



8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Item.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.



8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista



8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº



123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).;

8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.



8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 1001.10.302.2004.2.075 - Manutenção da Atividades do Hospital Municipal, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903035 - Material de Consumo; 1001.10.302.2004.2.075 - Manutenção da Atividades do Hospital Municipal, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905208 - Equipamentos e Material Permanente; .

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Catarina/CE,